

RECUPERAÇÃO

Hélio, Carlinho e Quintão acompanham obras da sinfra

>> Marcos Figueiró
Assessoria de Imprensa

Hélio da Nazaré (PSD), Carlinho da Esmeralda (PSC) e Ronaldo Quintão (PP) na tarde de quarta-feira, dia 06, estiveram com o secretário municipal de Infraestrutura Selton Vieira nas obras de recuperação e cascalhamento das estradas que ligam três aldeias indígenas em Tangará da Serra. Eles percorreram o trecho de 20 quilômetros interligando a Aldeia Queimada a Aldeia Formoso, passando pela Aldeia Santa Vitalina. E depois o trecho de 22 quilômetros entre a Aldeia Formoso e a MT 358.

Os parlamentares elogiaram as ações da Prefeitura na região e pediram que as obras sejam estendidas a toda a zona rural. A recuperação de estradas, avaliam os vereadores, melhoram o acesso aos serviços de Saúde e garantem o transporte escolar. Além disso, quando são atendidas regiões produtoras, garantem o

escoamento até mesmo no período chuvoso.

Aos vereadores, o secretário Selton explicou que as estradas que ligam as aldeias já existiam, mas precisavam ser alargadas para a manobra de caminhões e cascalhadas nos pontos em que há grandes bancas de areia. “São trechos piores para trânsito dos indígenas que reclamam especialmente para atender os carros de Saúde, da Funasa e o transporte escolar”, diz Selton.

O secretário informou ainda, que para concordarem em fornecer cascalho para uma obra que o Governo do Estado realiza em parceria com a Associação de Produtores do Rio Verde, os indígenas reivindicaram a recuperação desse trecho de 42 quilômetros, que agora é feita pela Prefeitura de Tangará da Serra. “O Município faz cascalhamento das estradas municipais em contrapartida índios doam cascalho para o Estado realizar a obra na MT 358 entre Itamaraty Norte e Arma-



Acompanhados do secretário Selton Vieira, os vereadores percorreram todo o trajeto que está sendo recuperado

zem CRV, um trecho de 44 quilômetros de obras”, conta.

INVESTIMENTO – Aos vereadores o secretá-

rio informou que a obra deve ao final, quando forem fechadas as planilhas de execução, representar cerca de R\$ 400 mil em in-

vestimentos – levando-se em consideração, para o cálculo, custos com equipamentos, combustível e mão-de-obra. A obra de

recuperação dos 42 quilômetros entre as aldeias, até a MT 358, começou há 30 dias e a estimativa é de que dure mais 40 dias.

EMPREENHIMENTOS
TARUMÃ 15^{ano}
COM VOCÊ PELA VIDA TODA

Buritis II
LOTEAMENTO

APRESENTA:

11º FESTIVAL DE
PRÊMIOS
APAE NATAL 2017
17 DE DEZEMBRO ÀS 16hs - MÓDULO ESPORTIVO

1º PRÊMIO

1 Terreno Residencial no Loteamento Buritis II

Buritis II
LOTEAMENTO

ÓTIMA LOCALIZAÇÃO!

CARTELA ÚNICA
R\$ 20,00

DÚPLA CHANCE
COMBO 2 CARTELAS
R\$ 30,00

APAE
Tangará da Serra - MT

Ajude a instituição
da nossa cidade!

INFORMAÇÕES: 65
3326 - 2540

Resultado do sorteio
no Facebook da APAE

PATROCÍNIO

SERVIDORES MUNICIPAIS

Sindicato pede que vereadores não aprovem mudanças até RGA

Presidente do SSERP protocolando pedido aos vereadores na Câmara Municipal

>> Assessoria

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tangará da Serra (SSERP) encaminhou ofício aos vereadores tangaraenses solicitando que eles não aprovem mudanças na legislação relativa aos servidores públicos municipais enquanto não for concedida a Revisão Geral Anual (RGA) de 2017, referente as perdas inflacionárias de 2016.

No documento assinado pelo presidente do sindicato, Claudinei Eduardo Pereira, os vereadores são informados de que desde o início desse ano o Sindicato tem sofrido investidas por parte do senhor prefeito municipal para que apoie a aprovação de projetos que alteram a legislação dos servidores públicos municipais em troca da concessão da Revisão Geral Anual (RGA).

O Sindicato solicitou dos vereadores que adie, por exemplo, a votação do Projeto de Lei 168/2017. “Esse projeto tem vários pontos que podem ser discutidos e que os servidores poderiam aceitar ao menos em parte, mas solicitamos que os senhores vereadores adiem essa votação enquanto não for concedido aos servidores municipais a RGA referente as perdas inflacionárias de 2016, que por lei deveria ter sido concedida em maio deste ano”, declara o sindicato no ofício recebido pela Câmara.